



# Programa do Curso em Ensino a Distância – EAD “DIREITOS HUMANOS”

A Universidade Federal de São Paulo em parceria com a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo oferecerá um curso de extensão em Direitos Humanos para a comunidade acadêmica e para os munícipes entre agosto e novembro de 2016.

Trata-se de curso na modalidade à distância no qual os cursistas poderão discutir os fundamentos dos direitos humanos no mundo contemporâneo, assim como seus marcos regulatórios e seus enraizamentos nos movimentos sociais de defesa das minorias, da igualdade e da justiça social.

Os munícipes serão selecionados pela Escola do Parlamento. Os membros da comunidade da Unifesp serão selecionados pela equipe coordenadora do Curso junto à Pró-reitoria de Extensão e Cultura da universidade.

Serão oferecidos três módulos a partir de 1 de agosto com duração de 5 semanas cada um e que podem ser cursados integralmente ou em separado:

## Módulo 1: Fundamentos Filosóficos e Históricos dos Direitos Humanos e a construção dos marcos regulatório

Princípios gerais dos direitos humanos a partir dos seus fundamentos filosóficos e históricos. O assunto será abordado em dois grandes blocos. O primeiro bloco, intitulado “Direitos Humanos: a teoria”, tem por objetivo apresentar os princípios teóricos que embasam a discussão contemporânea sobre os direitos humanos. O segundo bloco, intitulado “Direitos Humanos no Brasil: um histórico de resistências e violações” tem por objetivo apresentar o processo de construção dos direitos humanos no Brasil. Para isto, serão desenvolvidos os seguintes assuntos:

- História e gênese dos Direitos Humanos no mundo e no Brasil.
- Conceitos centrais para a construção da cultura de Direitos Humanos: dignidade humana, direitos humanos, sociedade e cultura, identidade cultural, igualdade e não discriminação, democracia e convivência democrática.

**Detalhamento:**

Primeira semana (de 01 a 07/08/16)

### **Ambientação na Plataforma**

Segunda semana (de 08 a 14/08/16)

### **Origem e história dos direitos humanos: as declarações de direitos**

Nesta unidade será apresentada a origem e a história dos direitos humanos, e será destacada a importância das declarações de direitos como documentos fundamentais para a evolução do conceito de direitos humanos.

Os **objetivos** desta unidade são:

- apresentar a evolução do conceito de direitos humanos;
- discutir as implicações de uma declaração de direitos humanos; e
- levantar alguns aspectos fundamentais relacionados com as declarações de direitos, como a ideia do reconhecimento dos direitos que deve prevalecer sobre a ideia de criação de direitos, o caráter pedagógico das declarações de direitos, e por fim, os limites das declarações de direitos que se devem à ausência de caráter efetivador das mesmas.

Terceira semana (de 15 a 21/08/16)

### **Universalismo: os direitos humanos são universais e indivisíveis**

Nesta unidade serão apresentados dois princípios fundamentais dos direitos humanos: as ideias de universalidade e de indivisibilidade dos direitos.

Os **objetivos** desta unidade consistem em:

- Apresentar o princípio de universalidade dos direitos humanos;
- mostrar de que maneira o princípio de universalidade se relaciona com o princípio de indivisibilidade dos direitos; e
- discutir brevemente as implicações dos princípios de universalidade e indivisibilidade dos direitos para a efetivação dos direitos em políticas públicas e ações de governo.

Quarta semana (de 22 a 28/08/16)

### **Crítica ao universalismo: o relativismo cultural**

Nesta unidade será tratada a abordagem multiculturalista, que constitui o principal desafio ao princípio da universalidade e da indivisibilidade dos direitos humanos.

Os **objetivos** desta unidade são:

- apresentar a abordagem multiculturalista dos direitos humanos;
- mostrar qual é a crítica que os multiculturalistas fazem aos universalistas; e



- mostrar de que maneira é possível conciliar a abordagem universalista com a multiculturalista.

Quinta semana (de 29/08 a 05/09/16)

### **A conquista dos direitos e a importância da reivindicação**

Nesta unidade será desenvolvida a ideia de que a reivindicação é fundamental, não somente para a conquista dos direitos, mas para a própria concepção da ideia de direitos.

Os **objetivos** desta unidade são:

- apresentar a reconstituição feita por T. H. Marshall da evolução dos direitos na Inglaterra;
- distinguir os direitos civis, dos direitos políticos e dos direitos sociais;
- discutir a ideia de “gerações de direitos”;
- mostrar que o conceito de cidadania está relacionado com a maneira como evoluíram os direitos numa dada sociedade; e
- argumentar que a evolução peculiar dos direitos no Brasil pode servir para explicar por que a cidadania no Brasil adquiriu feições tão peculiares.

## **Módulo 2: Direitos Humanos: sociedade, cultura e educação**

Neste segundo módulo a proposta é partir de expressões da nossa realidade cotidiana para problematizarmos concepções e posturas, como também reafirmarmos referenciais teóricos e buscarmos aprendizados que possam nos colocar mais próximos da experiência da cultura de direitos humanos na sociedade brasileira. Para isto, serão abordados os seguintes temas:

- Para que e por que educar para a defesa dos direitos humanos?
- Educação em direitos humanos na sociedade brasileira
- Uma educação para a construção da cultura dos Direitos Humanos: caminhos possíveis de serem trilhados.

### **Detalhamento:**

O módulo busca promover reflexões e apropriações teórico-metodológicas na perspectiva da construção de uma cultura de direitos humanos. A partir de fatos, situações e experiências cotidianas - de modo especial, das expressões da barbárie civilizatória, decorrentes da questão social -, são problematizadas concepções e posturas, reafirmados referenciais teóricos e estimulados aprendizados que promovam a superação dos dilemas éticos e nos coloque mais próximos de experiências de Direitos Humanos.

O módulo está organizado em 4 unidades temáticas, sendo:

Unidade 1 – Por que e para que uma cultura de Direitos Humanos?

Unidade 2 – O papel da educação para a construção de uma cultura de Direitos Humanos.

Unidade 3 – Direitos Humanos e o combate às diversas formas de violência.

Unidade 4 – Direitos Humanos: caminhos possíveis de serem trilhados.

### **Unidade 1 – Por que e para que uma cultura de Direitos Humanos?**

Aborda o conceito de cultura e de direitos humanos, a partir de uma perspectiva materialista-histórico-dialética. Problematisa a estrutura e dinâmica social vigente e os desafios postos para a garantia da dignidade humana. Defende o papel fundante e permanente da educação para a efetivação de uma cultura de direitos humanos.

### **Unidade 2 – O papel da educação para a construção de uma cultura de Direitos Humanos.**

Apresenta a educação como um processo e produto de natureza ético-política; portanto, uma referência à formulação da concepção de sujeito-sociedade, às intencionalidades, às ações, às atitudes e aos comportamentos. Argumenta que a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos implica em um processo educativo e práticas cotidianas que sejam capazes de combater valores e atitudes geradoras de preconceitos, discriminação, desigualdade no acesso aos direitos e não aceitação das diferenças.

### **Unidade 3 – Direitos Humanos e o combate às diversas formas de violência.**

Aborda o respeito às diferenças como um princípio dos direitos humanos e um grande desafio às sociedades baseadas na ideologia da dominação/colonização e exploração de classe, cor, etnia, raça e gênero, como a brasileira. Discute o processo de estruturação de um Estado de direito no Brasil - constituído por apropriações privadas do bem público, sem a participação efetiva da maioria da população – e os processos de resistência e luta por mudanças sociais - construção de uma cultura em que haja o respeito aos direitos e à diversidade, supere as desigualdades socioeconômicas e as condições hierarquizadas e de classe; conviva com a tolerância às diferenças culturais.

### **Unidade 4 – Direitos Humanos: caminhos possíveis de serem trilhados.**

Defende o argumento de que a construção de uma cultura de direitos humanos é um desafio que implica em ocupar espaços no campo político. É com a ocupação desse espaço que se criará condições para tirar os direitos humanos do *locus* do instituído (da repressão) e trazê-los ao domínio público, por meio de processos educativos que reconheçam sua construção como social, portanto passível de legitimar diversas outras formas de convivência coletiva, que tenham a garantia da dignidade humana como intencionalidade.

## **Módulo 3: Direitos Humanos: resistências e combate às opressões na sociedade brasileira**

Neste terceiro módulo a proposta é abordar a luta pelos direitos humanos no Brasil, considerando a sua construção histórica em decorrência das opressões praticadas contra o

povo brasileiro, desde o genocídio dos povos indígenas e a escravização dos povos negros, como também as resistências e conquistas advindas das organizações e manifestações populares, especialmente as conquistas institucionais que buscam garantir, promover e defender os direitos humanos. Assim, a proposta é partimos de expressões da nossa realidade cotidiana para problematizarmos concepções e posturas, como também reafirmarmos referenciais teóricos e conquistas institucionais que possam nos colocar mais próximos da efetivação de uma cultura de direitos humanos na sociedade brasileira.

- A construção histórica dos direitos humanos no Brasil frente às opressões e lutas do povo brasileiro: o direito das minorias que são maiorias
- Resistências, combate às opressões e respeito à diversidade de raça e etnia na sociedade brasileira
- O direito à diversidade e à igualdade de gênero na sociedade brasileira
- Respeito à orientação sexual e suas diversidades na sociedade brasileira
- A conquista do direito e retrocessos atuais: criança e adolescentes, idosos e imigrantes.

**Detalhamento:**

Este módulo busca discutir sobre a construção de uma cultura de direitos humanos, problematizando as determinações sociohistóricas da temática na sociedade brasileira, as possibilidades e dificuldades que permeiam as resistências e o combate às opressões. Cabe também, a esse curso/módulo, destacar, entre as principais problemáticas da realidade brasileira hoje, os contornos da questão social, especialmente nas suas expressões étnico-raciais e de gênero, e o desafio que os cursistas terão para vivenciarem experiências práticas que materializem o Plano Nacional de Direitos Humanos III (PNEHD III) – incorporando os direitos humanos aos conteúdos, metodologias, formas de avaliação e nas relações entre os sujeitos do processo educativo, das políticas sociais, dos movimentos sociais organizados da sociedade civil, entre outros. A ideia é que os conteúdos sejam desenvolvidos com o propósito de estabelecer um diálogo reflexivo com o cursista, que é sujeito da práxis (movimento de ação-reflexão-ação) no dia-a-dia.

O módulo está organizado em 3 Unidades temáticas, sendo:

- 1 - Direitos humanos, sociedade e cultura: tomada de posição frente aos projetos pessoais e societários em disputa.
- 2 - Educação em direitos humanos na sociedade brasileira.
- 3 - Direitos humanos, resistências e combate às opressões: os desafios da construção de uma cultura de justiça social e respeito à diversidade.

### **1 - Direitos humanos, sociedade e cultura: tomada de posição frente aos projetos pessoais e societários em disputa.**

Tem como objetivos refletir sobre os usos e veiculação do termo “direitos humanos”, lavando em conta os aspectos ético-políticos e a sua vinculação aos projetos societários em disputa na sociedade, especialmente em tempos de amplificação dos discursos e práticas conservadoras. A exposição de ideias e debates nas redes sociais, em blogs, vídeos, textos, tem vertiginosamente aumentado com o uso das ferramentas de internet. Somando-se às divulgações midiáticas e dos meios de comunicação de massa, às acirradas disputas políticas e eleitorais, às pautas dos movimentos de rua dos últimos anos, às pautas conservadoras ou progressistas já em curso ou sempre em curso, à livre circulação de temas polêmicos, entre outros, problematizar-se-ão esses debates, que muitas vezes trazem exposições explícitas de ódio e que evidenciam mais ainda a radicalidade a que podem chegar essas disputas, na esfera da cultura.

### **2 - Educação em direitos humanos na sociedade brasileira**

Visa, a partir da compreensão de que o conhecimento pode ser apropriado e reconstruído pela problematização, das explicações teóricas e do comprometimento com as necessidades da realidade vivida, problematizar a luta por direitos no Brasil e debater brevemente as características da sociedade brasileira no atual contexto. A partir do maior reconhecimento da educação em direitos humanos no Brasil, isto é, a partir do fim do período da ditadura militar (1964-1985) e com a abertura à redemocratização político-institucional, a luta por direitos humanos ganhou força social e garantias legais no Brasil, especialmente com a Constituição Federal (CF) de 1988, chamada de “cidadã” por estar baseada em direitos que foram (e são) conquistas da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais. No entanto, os direitos protegidos e garantidos legalmente na CF de 1988, pouco tem se materializado na realidade cotidiana dos cidadãos brasileiros. Aparecem ou são reconhecidos muito mais como benesse do Estado ou de governantes, como “sorte”, como um direito precarizado ou como recompensa para aqueles que contribuíram com impostos via encargos trabalhistas. Nesse sentido, a reflexão sobre a necessidade de uma permanente luta pelos direitos humanos, um enfrentamento do seu desmonte e sua precarização nas políticas sociais e públicas é destaque nesta unidade.

### **3 - Direitos humanos, resistências e combate às opressões: os desafios da construção de uma cultura de justiça social e respeito à diversidade.**

Tem como objetivos discutir a herança da escravidão no Brasil especialmente para a população negra, a construção de uma cultura de defesa e promoção dos direitos humanos no combate ao preconceito e discriminação étnico-racial, e o mito da igualdade racial. No mesmo caminho, trazer à tona a questão do respeito aos direitos e à diversidade na sociedade brasileira, o direito das mulheres e da igualdade de gênero para reconhecer padrões normativos e estereótipos que reforçam a não aceitação da diversidade. Trazer como a construção das identidades ocorre na dinâmica das relações sociais. Problematizar os papéis sociais atribuídos, historicamente, aos homens e às mulheres, negros e brancos, etc., que são diferentes e reproduzidos nas e pelas diversas instituições que constituem a sociedade. Introduzir o debate sobre os espaços e processos de aprendizagem e socialização que reforçam determinados padrões, preconceitos e estereótipos.



## 4. AVALIAÇÃO

Considerando a natureza de cada componente curricular, a avaliação será realizada por meio de trabalhos individuais e/ou em grupo ao longo do curso, acompanhado pelos tutores. O resultado do processo de avaliação deverá ser expresso em um único conceito que represente todas as atividades desenvolvidas nos módulos.